



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 268/12

Declara de Utilidade Pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, e representação no Município de Castro, Estado do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, e representação no Município de Castro, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 464/12

Altera o art. 6º da Lei nº 9.579/91.

Art. 1º Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, indicando então seu representante e respectivo suplente, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) comprovarem por documentos suas atividades há pelo menos um ano;
- b) serem declaradas de Utilidade Pública Municipal."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 494/12

Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas.

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR, integrado ao Sistema Estadual de Planejamento, que compreende as políticas e os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Poder Executivo Estadual, sendo constituído pelas leis, normas e regulamentos existentes que tratam de forma direta e indireta sobre a utilização de TIC, e pelo conjunto de todos os acervos de dados e informações existentes nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e respectivos Sistemas de TIC.

§ 1º Entende-se por Sistemas de TIC as soluções integradas, o conjunto dos recursos de hardware, software, serviços, dados, informações, processos internos e infraestrutura, bem como os recursos de conectividade, abrangendo o Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP.

§ 2º Os acervos de dados e informações mencionados no *caput* deste artigo tem caráter abrangente, compreendendo, dentre outros:

- I – o tratamento qualificado de informações;
- II – o acervo de documentos técnicos, administrativos e históricos;
- III – as bases cartográficas e geoespaciais digitais ou analógicas;
- IV – os documentos ligados às áreas técnica, gerencial e operacional;

V – os dados de relacionamento e atendimento ao cidadão;

VI – os dados e as informações inerentes a Administração Pública Estadual.

§ 3º Cabe ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ou a quem este designar, definir mecanismos que estabeleçam o relacionamento com as administrações municipais do Estado do Paraná, tanto na esfera executiva, como na legislativa, bem como com entidades representativas da sociedade civil organizada, a fim de obter os dados e informações citadas no § 2º deste artigo.

Art. 2º O Sistema Estadual de Informações de Governo - Paraná - SEI -PR será coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, que promoverá sua consolidação e aperfeiçoamento, providenciando, quando necessário, os ajustes e redefinições demandadas pelo mesmo.

Parágrafo único. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR prestará assessoramento especializado à SEPL no desempenho de suas atribuições relativas ao SEI-PR.

Art. 3º Subordinam-se aos dispositivos desta Lei, a Administração Pública Estadual, compreendendo a Administração Direta e Indireta, bem como as demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Governo do Estado.

§ 1º Cabe ao Chefe do Poder Executivo autorizar excepcionalmente o contido neste artigo.

§ 2º Fica incluída a partir da data de vigência desta lei, nos Contratos de Gestão firmados entre o Estado e os Serviços Sociais Autônomos e as Organizações Sociais, a obrigatoriedade expressa de subordinação a esta Lei.

Art. 4º A composição, organização interna e o funcionamento do Sistema Estadual de Informações de Governo - Paraná – SEI-PR serão regulamentados por decreto, observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º Fica criado o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná – CETIC – PR, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, com a finalidade de regulamentar, promover a implantação, gerenciar e acompanhar ações relativas à utilização da

TIC no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, competindo-lhe:

I – o estabelecimento de estratégias e políticas de gestão que utilize a TIC alinhada a diretrizes governamentais;

II – a gestão de processos de aquisição e de locação de bens, serviços e soluções de TIC;

III – o estabelecimento de medidas que visem à racionalização do uso de TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual, promovendo a integração, intercâmbio de experiências, projetos cooperados e compartilhamento de soluções entre os órgãos e entidades do Estado.

§ 1º O CETIC-PR terá como Presidente o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e, como Secretário Executivo, o Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR.

§ 2º Os demais membros do Conselho, o detalhamento das competências e o funcionamento do Conselho serão definidos por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 3º Fica o CETIC-PR autorizado a criar Câmaras Técnicas e Comissões Técnicas, com vistas ao aprimoramento e aperfeiçoamento de suas atividades.

§ 4º No cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de plataformas e tecnologias disponíveis no mercado, observando os critérios de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e resguardo do interesse público, com o objetivo de possibilitar à Administração Pública Estadual o acesso a tecnologias atualizadas, modernas, inovadoras e eficientes.

Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual somente poderão formalizar processos de aquisição, contratação, recebimento por transferência ou doação e locação de bens e serviços de TIC, independente da origem dos recursos, após o registro e deliberação do respectivo processo no CETIC-PR.

Parágrafo único. Os processos de que trata o *caput* deste artigo deverão, obrigatoriamente, ter seu resultado informado ao CETIC-PR após sua conclusão.

Art. 7º A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, no âmbito do SEI-PR, compete:

I – prover as funções administrativas, operacionais e técnicas especializadas necessárias à atuação do CETIC-PR, mediante solicitação expressa do Conselho;

II – administrar, manter e operar a “autoridade certificadora digital” do Governo do Estado do Paraná, promovendo a adoção de certificados digitais pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, além de outros mecanismos e procedimentos relacionados à segurança da informação;

III – coordenar, mediante solicitação expressa do CETIC-PR, processos de solução integrada, aquisição de hardware, software, serviços e soluções de uso interinstitucional no âmbito da Administração Pública Estadual;

IV – elaborar e manter atualizado o “Catálogo de Soluções Homologadas”, no qual constam informações técnicas e comerciais sobre produtos e serviços na área de TIC, para ser usado como referência aos órgãos na elaboração de projetos, soluções integradas, editais de compra ou de locação de bens ou contratação de serviços;

V – planejar, implantar, gerenciar, manter e operar a estrutura central de armazenamento e processamento de dados da Administração Pública Estadual – Datacenter;

VI – planejar, implantar e gerenciar soluções de Voz sobre Internet Protocol – VoIP, dados e imagens para atendimento às diversas demandas da Administração Pública Estadual;

VII – administrar o acesso à Internet e a saída Internet Protocol – IP dos órgãos da Administração Pública Estadual;

VIII – realizar a gestão técnica e operacional do Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP;

IX – elaborar e manter, em conjunto com os órgãos da Administração Pública Estadual, os Planos Setoriais de Informação – PSI e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI do Poder Executivo Estadual.

Art. 8º Fica criado o Programa Estadual de Informações Integradas – Paraná – PEII – PR, no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, com o objetivo de integrar, organizar, consolidar,

disponibilizar dados e qualificar informações estratégicas provenientes dos sistemas aplicativos utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 9º O PEII-PR será integrado por subprogramas voltados basicamente à consolidação e atuação do Centro Integrado de Informações Estratégicas e de outras ações necessárias ao desenvolvimento pleno do Programa.

§ 1º As disposições relativas ao detalhamento da composição, organização e competências do PEII-PR serão definidas por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º A CELEPAR, no âmbito de atuação do PEII-PR, poderá:

I – acessar todas as bases de dados, alfanuméricas, cartográficas e geoespaciais, no âmbito da Administração Pública Estadual, para prover informações estratégicas ao Governo, ficando pré-estabelecida a autorização do titular do órgão, preservadas as situações de confidencialidade ou de características legalmente restritas;

II – administrar os componentes técnicos especializados do PEII-PR, subsidiando o planejamento e execução das ações governamentais;

III – prover mecanismos e soluções que viabilizem a divulgação das ações de Governo, o relacionamento com o cidadão, bem como o monitoramento da qualidade dos serviços públicos prestados.

§ 3º Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, no âmbito de atuação do PEII-PR, compete o desenvolvimento de estudos sobre a realidade econômica e social do Estado, para subsidiar o planejamento, a elaboração, a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

§ 4º À Casa Civil compete demandar e acompanhar, informações geradas pelo Centro Integrado de Informações Estratégicas – CIEE-PR, com o objetivo de apoiar ações estratégicas de Governo.

Art. 10. O Governador do Estado disciplinará, por decretos específicos, as demais questões necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 556/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação Beneficente de Mãos
Unidas, com sede e foro no Município
de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Associação Beneficente de Mãos Unidas, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR

PROJETO DE LEI 489/12

Súmula: Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná é criada em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 2º Entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não-formal, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade, de forma participativa, constroem, compartilham e privilegiam saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos, voltados ao exercício de uma cidadania comprometida com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as espécies.

Art. 3º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o compromisso de desenvolver a sustentabilidade, o respeito e a valorização da vida em todas as suas formas de manifestação, na presente e nas futuras gerações.

**CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL**

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I – o enfoque humanista, democrático, crítico, participativo, inovador e emancipatório;

II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida;

III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto;

IV – a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, a comunicação, o trabalho, a cultura, as práticas socioambientais e a qualidade de vida;

V – a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo com todos os indivíduos, grupos e segmentos sociais;

VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII – a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII – o diálogo e reconhecimento da diversidade cultural, de saberes, contextos locais e suas relações que proporcionem a sustentabilidade;

IX – a equidade, justiça social e econômica;

X – o exercício permanente do diálogo, da alteridade, da solidariedade, da participação da corresponsabilidade e da cooperação entre todos os setores sociais; e

XI – a coerência entre discurso e prática no cotidiano, para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – desenvolver práticas integradas que contemplem suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, éticos, psicológicos, legais e ecológicos;

II – divulgar e socializar as informações socioambientais;

III – estimular o fortalecimento de uma consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais;

IV – promover e incentivar o envolvimento e a participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável, como um valor inseparável do direito e do exercício da cidadania, visando a promoção da saúde ambiental;

V – estimular a cooperação entre as diversas regiões do Estado do Paraná, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção integrada de sociedades sustentáveis, fundamentada nos princípios da solidariedade, liberdade de ideias, democracia, responsabilidade, participação, mobilização e justiça social;

VI – fomentar e fortalecer a integração com a ciência, as tecnologias apropriadas e os saberes tradicionais e inovadores, tendo como base a ética de respeito à vida, assegurados os princípios desta Lei; e

VII – fortalecer a democracia, a cidadania, a mobilização, a emancipação dos povos e a solidariedade como fundamentos para o futuro de todos os seres que habitam o planeta.

APÍTULO III

POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º São instituídas a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental como parte do processo educativo e da gestão ambiental ampla no Estado do Paraná, ressaltando que todos têm direitos e deveres em relação à educação ambiental, sendo a sua realização e coordenação de competência do Poder Público, por meio das secretarias de estado, com a colaboração de todos os órgãos públicos, empresas estatais, fundações, autarquias e institutos, bem como dos meios de comunicação, organizações não governamentais, movimentos sociais, demais organizações do terceiro setor e organizações empresariais.

§ 1º O Sistema Estadual de Educação Ambiental será implantado com a finalidade de integrar, sistematizar e difundir informações e experiências, programas, projetos e ações, bem como realizar diagnósticos, estabelecer indicadores e avaliar a política de educação ambiental no Estado do Paraná.

§ 2º A Política Estadual de Educação Ambiental deve:

I – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na preservação e conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – promover e desenvolver a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar, bem como integrá-la como prática e princípio educativo contínuo e permanente, em todos os níveis e modalidades do ensino formal;

III – promover ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – promover, disseminar e democratizar de maneira ativa e permanente informações e práticas educativas socioambientais numa perspectiva inovadora, transformadora, emancipatória em sua programação;

V – promover programas destinados ao aprendizado e ao exercício da cidadania, visando a melhoria e o controle efetivo sobre o ambiente e os processos de trabalho, bem como sobre as atividades exercidas e respectivos impactos no meio ambiente;

VI – estimular a sociedade como um todo a exercer o controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, identificação, minimização e solução de problemas socioambientais; e

VII – desenvolver programas, projetos e ações de educação ambiental voltados a estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais na perspectiva socioambiental, com a transparência de informações sobre sustentabilidade e com controle social.

CAPÍTULO IV **COMPETÊNCIAS E EXECUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Art. 7º Fica criado um Órgão Gestor que coordenará a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental.

Parágrafo único. O regulamento do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental dar-se-á mediante decreto estadual que resultará da atuação conjunta das áreas da educação ambiental das secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 8º São atribuições do Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental:

I – elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental com a participação da sociedade e avaliação periódica;

II – coordenar o processo de definição de diretrizes para implementação em âmbito estadual;

III – articular, coordenar e supervisionar os planos, programas, projetos e ações na

área de educação ambiental, em âmbito estadual;

IV – assegurar a implementação e o funcionamento do Sistema Estadual de Educação Ambiental; e

V – contribuir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), a fim de viabilizar o Programa Estadual de Educação Ambiental, bem como os planos, projetos e ações nessa área.

Art. 9º Fica criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, composta paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de propor, apoiar, apreciar e avaliar a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental e os programas, projetos e ações de educação ambiental, exercendo o controle social.

Parágrafo único. A Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental será constituída pelos diversos segmentos da sociedade e regulamentada por decreto estadual.

CAPÍTULO V

PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. A Política Estadual de Educação Ambiental deve ser desenvolvida na educação formal e não formal, por meio de linhas de atuação inter-relacionadas, a serem detalhadas no Programa Estadual de Educação Ambiental como instrumentos de políticas públicas voltadas:

I – à formação de pessoas e profissionais de todos os segmentos da sociedade, desenvolvendo projetos político-pedagógicos;

II – ao fomento ao desenvolvimento de estudos, pesquisas, métodos e técnicas;

III – à produção e divulgação de material educativo;

IV – ao acompanhamento e avaliação, com a construção participativa de indicadores;

V – ao fomento a políticas, programas e projetos territoriais e setoriais de educação ambiental em todo o Estado do Paraná, tendo como uma das suas ferramentas de financiamento o Fundo Estadual do Meio Ambiente;

VI – ao estímulo à normatização da formação em educação ambiental;

VII – à garantia do acesso democrático à produção e à difusão de informação por

meio de programas de educomunicação socioambiental e extensão;

VIII – à promoção de processo que possibilite a sinergia entre forças instituídas e instituintes de educação ambiental em todo o território do Estado do Paraná;

IX – à promoção de políticas estruturantes, intersetoriais e interesferas governamentais;

X – à promoção da educação ambiental nas unidades de conservação e demais áreas protegidas; e

XI – à introdução da educação ambiental na gestão participativa nos espaços de controle social.

Seção I **Educação Ambiental no Ensino Formal**

Art. 11. Entende-se por educação ambiental no ensino formal aquela desenvolvida de forma presencial ou à distância no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, englobando:

I – educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental; e

c) ensino médio.

II – educação superior;

III – educação especial;

IV – educação profissional;

V – educação de jovens e adultos; e

VI – educação de comunidades tradicionais como as quilombolas, indígenas, faxinalenses, ribeirinhas, de ilhéus, dentre outras.

Art. 12. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, interdisciplinar, transdisciplinar e transversal no currículo escolar de forma crítica, transformadora, emancipatória, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades.

Art. 13. Os profissionais da educação, em suas áreas de atuação, devem receber formação continuada no período de suas atividades regulamentares com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

Art. 14. Na autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos nas redes pública e privada, será observado o cumprimento do disposto nesta Lei.

Subseção I

Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação de Comunidades Tradicionais

Art. 15. A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo estar contemplada nas diretrizes das disciplinas curriculares.

Art. 16. A educação ambiental deve contribuir para a formação de escolas sustentáveis na gestão, no currículo e nas instalações físicas e estruturais, tendo a Agenda 21 na Escola como um dos seus instrumentos de implementação, a ser inserida no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino.

Subseção II **Educação Superior**

Art. 17. As Instituições de Ensino Superior devem incorporar em seus planos de desenvolvimento institucional projetos, ações e recursos que proporcionem a implantação das determinações contidas nesta Lei, assegurando a inserção da educação ambiental com os seus princípios, valores, atitudes e conhecimentos nas atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

Art. 18. Os cursos de graduação e pós-graduação, presencial e à distância, das Instituições de Ensino Superior devem incorporar conteúdos e saberes da educação ambiental em seus currículos.

Art. 19. Nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental é facultada a criação de uma disciplina específica.

Art. 20. Os pressupostos da educação ambiental devem constar do projeto político-pedagógico, que deve ser trabalhada de forma interdisciplinar e integrada ao conteúdo pedagógico.

Parágrafo único. Os instrumentos de implementação devem observar a Carta da Terra, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, a Agenda

21 e os demais documentos de referência sobre a educação ambiental.

Seção II **Educação Ambiental Não Formal**

Art. 21. Entende-se por educação ambiental não formal o processo contínuo e permanente desenvolvido através de ações e práticas educativas, executadas fora do sistema formal de ensino para sensibilização, formação, mobilização e participação da coletividade na melhoria da qualidade da vida.

Parágrafo único. O Poder Público estadual e municipal criará, fortalecerá e incentivará:

I – a produção participativa e descentralizada de informações, o acesso democrático e a difusão nos meios de comunicação de massa em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;

II – o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de educação ambiental;

III – a promoção de ações por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções para informar, mobilizar e difundir a educação ambiental;

IV – a ampla participação da sociedade, das instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e demais instituições na formulação e execução de programas e projetos sustentáveis;

V – o apoio e a cooperação técnica entre os órgãos públicos e as empresas privadas, as organizações não governamentais, coletivos e redes, para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, a serem desenvolvidos pelo Órgão Gestor;

VI – a sensibilização da sociedade para a importância da participação e acompanhamento da gestão ambiental nas distintas unidades de planejamento;

VII – o desenvolvimento sustentável do turismo e demais atividades econômicas, inclusive das comunidades tradicionais, de forma responsável e comprometida com a dimensão socioambiental;

VIII – a formação e estruturação dos coletivos jovens de meio ambiente no Estado do Paraná, bem como dos demais coletivos que desenvolvam projetos na área de educação ambiental;

IX – os núcleos de estudos socioambientais nas instituições públicas e privadas, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa, difusão do conhecimento e extensão;

X – o desenvolvimento da educação ambiental a partir de processos metodológicos participativos, inclusivos e abrangentes, valorizando o multiculturalismo, os saberes e as especificidades de gêneros, etnias, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais;

XI – a inserção do componente educação ambiental nos programas e projetos financiados por recursos públicos e privados;

XII – a prática da educação ambiental de forma compartilhada e integrada às demais políticas públicas existentes e a serem implementadas;

XIII – a inserção da educação ambiental nos programas de extensão rural pública e privada;

XIV – a formação em educação ambiental para os membros das instâncias de controle social, como conselhos e demais espaços de participação pública permanente nessas instâncias;

XV – a adoção de parâmetros e indicadores para a melhoria da qualidade da vida no meio ambiente através de programas e projetos de educação ambiental em todos os níveis de atuação; e

XVI – a capacitação e formação dos gestores sobre as políticas públicas de meio ambiente, com o objetivo de criação e fortalecimento do sistema de meio ambiente.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Cabe ao Conselho Estadual da Educação analisar e aprovar as diretrizes curriculares estaduais para a educação ambiental no ensino formal e, ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, analisar e aprovar as diretrizes estaduais da educação ambiental não formal, as quais devem ser articuladas e integradas e serão apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e pelo Órgão Gestor da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental.

Art. 23. Os Municípios, na esfera de sua competência, poderão definir diretrizes, normas, critérios e orçamento para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental.

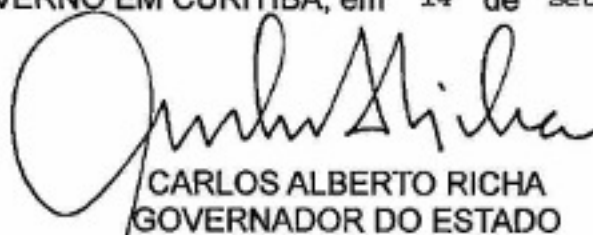
Parágrafo único. Os Municípios poderão constituir um órgão gestor e uma comissão interinstitucional de educação ambiental, com composição regulamentada por decreto municipal, para a construção de um programa municipal de educação ambiental.

Art. 24. Os programas de assistência técnica e financeira, em âmbito estadual, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

Art. 25. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Educação.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de setembro de 2012



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 SET. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 059 /2012

Curitiba, 14 de setembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 17/09/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná, em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente priorizou na agenda do ano de 2010 a elaboração de um Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental, tendo por referência a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, o Tratado de Tbilisi e o resultado das Conferências de Saúde Ambiental e do Meio Ambiente Adulto e Infante-Juvenil.

Por meio de um grupo de trabalho (incluindo representantes indicados pelo Conselho Estadual de Educação), no âmbito do Conselho, durante oito meses, realizaram-se 21 reuniões, um workshop, e um seminário, com a presença de 150 participantes, representando diversas entidades públicas e todos os segmentos da sociedade, resultando na proposta do presente Anteprojeto de Lei. Também foi realizada consulta pública via sítio eletrônico do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

A proposta de uma Política Estadual de Educação Ambiental congrega todos os órgãos públicos estaduais e os segmentos da sociedade civil, que já desenvolvem programas e ações de educação ambiental.

A educação ambiental é um processo permanente de aprendizagem e formação individual e coletiva, para a reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 10.671.261-1



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Ademais, a proposta estabelece as diretrizes, objetivos e conceitos capazes de nortear as ações de todos os segmentos da sociedade, incluídos, neste processo de educação ambiental, os Municípios.

O texto apresentado prevê, ainda, a criação do órgão gestor e do Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental, como um órgão colegiado composto paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, com a finalidade de apoiar a implantação da Política de Educação Ambiental e de apreciar, formular, propor e avaliar programas, projetos e ações de educação ambiental e exercer o controle social.

Ademais, atribui aos Conselhos Estadual da Educação e do Meio Ambiente, a responsabilidade de analisar e aprovar as diretrizes da Educação Ambiental apresentadas pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e Órgão Gestor.

Com a finalidade de fortalecer e garantir a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental, é necessário a institucionalização de áreas específicas no âmbito dos órgãos públicos do Estado, que compõem o órgão gestor, formado pelas Secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Neste contexto, o projeto de lei foi apresentado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, durante a 80ª reunião extraordinária e aprovada por unanimidade pelos seus membros.

Com relação ao artigo 24 da proposta, que trata de alocação de recursos às ações de educação ambiental, esclareço que não haverá impacto financeiro a ser informado, somente quando da elaboração de Programas de Assistência Técnica e financeira.

Assim, com a aprovação da presente medida por essa Assembleia Legislativa, o Estado do Paraná será colocado na destacada posição de interlocutor nos processos da gestão ambiental.

Certo de que a proposta merecerá dessa Egrégia Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARCER AO PROJETO DE LEI 489/12

Projeto de Lei nº 489/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 59/12

Súmula: Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

EMENTA: MEIO AMBIENTE. INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 225 CF. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Além disso, a Carta Magna determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, bem como promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual.

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, visto que, conforme da mensagem extrai-se que *"com relação ao artigo 24 da proposta, que trata de alocação de recurso às ações de educação ambiental (...) não haverá impacto financeiro a ser informado, somente quando da elaboração de Programas de Assistência Técnica financeira."*

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

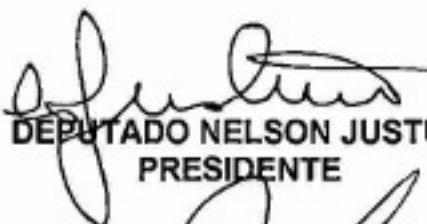


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



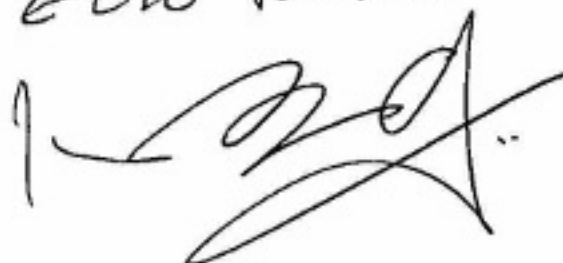
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

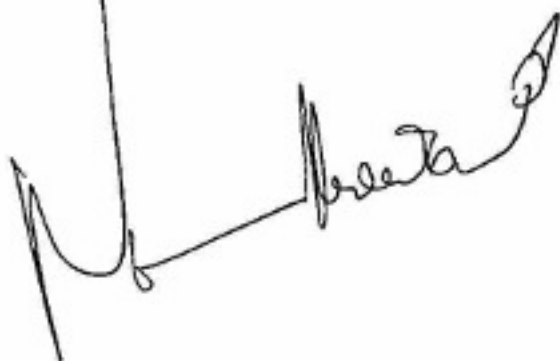

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO
RELATOR

Elcio Ruyes





APROVADO
unanimemente 23.10.12




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 489/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 059/12 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Elio Rusch e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 66 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Já, a Constituição Federal em seu art. 24, inciso VI, assegura aos Estados a competência para tratar do "meio ambiente e controle da poluição", já o art. 225, inciso VI, do mesmo diploma legal, incumbe ao Poder Público, "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista o esclarecimento do autor de que só "haverá impacto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




financeiro quando da elaboração de Programas de Assistência Técnica financeira".

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 31/10/12



DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE



DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 489/12

Projeto de Lei nº 489/12

Autor: Poder Executivo

Súmula: mensagem 059/2012 – Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental.

EMENTA: MEIO AMBIENTE, INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. MÉRITO, PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental.

Conceitualmente, podemos entender como Educação Ambiental o processo que consiste em propiciar às pessoa uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa, a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida, eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.(Minini 2000)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da proposição, sob a ótica desta Comissão de Meio Ambiente, cumprindo as obrigações impostas pelo art. 33 k, concomitantemente com os arts. 42 e 50 III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, enaltecemos a iniciativa, não encontrando nada que possa obstar a continuidade de sua normal tramitação Nesta Egrégia Casa de Leis.

Por estas razões, opinamos pelo **PARECER É FAVORÁVEL**.

21/11/12

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

DEPUTADO RASCA RODRIGUES

Relator



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



- 1 -

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 489/2012

EMENTA: INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O
SISTEMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL -
ANÁLISE PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO -
CONSTITUCIONALIDADE DA
MATERIALIDADE - AVANÇO AO ENSINO
PARANAENSE.

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, o qual tem por finalidade instituir a política estadual de educação ambiental e o sistema de educação ambiental.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Em apertada síntese, o Poder Executivo argumenta que o Conselho Estadual do Meio Ambiente priorizou na agenda de 2010 a elaboração de um Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Educação Ambiental, tendo por referência a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, o Tratado de Tbilisi e o resultado das Conferências de Saúde Ambiental e do Meio Ambiente Adulto e Infanto-juvenil.

Ainda, que após estudo de um grupo de trabalho, formado por representantes de vários segmentos da sociedade, tomando como base as mencionadas referências se concluiu na preposição em análise.

Por fim, que com a finalidade de fortalecer e garantir a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental é necessário a institucionalização de áreas específicas no âmbito dos órgãos públicos do Estado, que compõem o órgão gestor, formando pelas Secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde, da Agricultura e do Abastecimento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

É o relatório, no que interessa.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

FUNDAMENTAÇÃO

Em relação à constitucionalidade formal¹ do presente Projeto de Lei a discussão já fora devidamente superada em sede de análise pela Comissão de Constituição e Justiça².

Desta forma passo a analisar a materialidade, ou seja, o conteúdo substancial, da proposição, sob a ótica da Constituição Federal, Constituição Estadual bem como demais legislações infraconstitucionais e sob o aspecto doutrinário.³

Considerando a matéria versada no Projeto de Lei em apreço se verifica ser de competência desta Comissão de

¹ Cf. menciona Pedro LANZA '[...] a inconstitucionalidade formal, propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 252).

² Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, destaca-se o posicionamento de Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 256)

³ Em relação a análise da materialidade da norma, em sede desta Comissão temática, deve-se ter em mente a lição de Pedro LANZA ao se referir acerca de vícios substanciais ou de conteúdo ao mencionar que: 'o vício material diz respeito a 'matéria', ao ato conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material. Não nos interessa saber aqui o procedimento de elaboração da espécie normativa, mas, de fato, o seu conteúdo. Por exemplo, uma lei discriminatória que afronta o princípio da igualdade.' (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 254)



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Educação, devidamente prevista por intermédio do artigo 33-G⁴ do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Pois bem,

Analisando o mérito do Projeto de Lei em apreço se verifica estar presente o interesse público, considerando inclusive que, como bem mencionado pelo Poder Executivo em sua justificativa, *'a educação ambiental é um processo permanente de aprendizagem e formação individual e coletiva, para a reflexão e construção de valores, saberes, conhecimento, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida em relação sustentável da sociedade humana com o ambiente'*.

Desta forma entendo que o a implementação do programa em apreço no Estado de Paraná é de fundamental importância para o aprimoramento na educação paranaense, bem como apresenta razoabilidade e vem em encontro aos interesses da sociedade.

Cumprе esclarecer que a inclusão da mencionada legislação no ordenamento jurídico estadual, não invade a competência nacional, não infringindo qualquer dispositivo Constitucional e infraconstitucional.

⁴ Art. 33-G Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e instrução pública ou particular.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



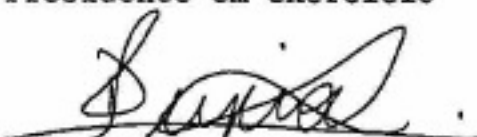
-5-

CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo que o presente Projeto de Lei, se coaduna materialmente com a legislação pátria, opinando-se desta forma pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

Deputado EVANDRO JÚNIOR
Presidente em exercício


Deputado PEDRO LUPION
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 584/12

Súmula: Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Capítulo I
Da Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural**

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – PEATER-PR, cuja formulação e gestão competem à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

Parágrafo único - As diretrizes da PEATER-PR serão periodicamente estabelecidas em conferências municipais, regionais, territoriais, temáticas e estadual.

Art. 2º Para fins desta Lei, entende-se por:

I – Assistência técnica e extensão rural (ATER): serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos rurais de gestão, organização, produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização de produtos e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroflorestais, agroextrativistas, florestais, pesqueiras, artesanais, sociais e ambientais, para o desenvolvimento rural sustentável;

II – ATER pública: serviço de ATER executado com recursos públicos;

III – ATER privada: serviço de ATER executado com recursos privados;

IV – Entidade pública de ATER: entidade integrante da administração pública direta ou indireta que executa ATER;

V – Entidade privada de ATER: entidade executora de ATER que não integra a administração pública;

VI – Unidade Familiar de Produção (UFP): unidade de produção composta por pessoas, com vínculo familiar ou não, que utilizam predominantemente a terra e a mão de obra como fatores de produção para a geração de renda com atividades



agropecuárias e ou não agropecuárias e a prestação de serviços no meio rural. Conforme estabelecido no art. 2º, inciso II, da Portaria MDA nº 9 de 18 de janeiro de 2012;

VII - Agricultor familiar ou empreendedor familiar rural: aquele que pratica atividade rural e que atenda simultaneamente os requisitos do artigo 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de Julho de 2006;

VIII - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP): documento que habilita o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Parágrafo único. Demais termos e expressões utilizados na presente lei são de conhecimento e uso comuns não necessitando de descrição específica.

Art. 3º São princípios do PEATER-PR:

- I – o desenvolvimento rural sustentável;
- II – a redução das desigualdades territoriais, regionais, municipais e locais.;
- III – a segurança e soberania alimentar e nutricional;
- IV – a equidade nas relações de gênero, geração e etnia;
- V – a atuação em consonância com as políticas e diretrizes nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável;
- VI – a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural, priorizando a diversidade das atividades na UPF;
- VII – as metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando promover o exercício da cidadania e a democratização da gestão das políticas públicas;
- VIII – os fundamentos da agricultura com base ecológica para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis.

Art. 4º São objetivos da PEATER-PR:

- I – ampliar e qualificar a ATER no Paraná;
- II – contribuir para o desenvolvimento rural sustentável;



III – promover a integração entre as entidades de ATER para otimizar a realização dos serviços e a criação, a ampliação e o fortalecimento de redes de ATER;

IV – ampliar o número de beneficiários com vistas a universalização dos serviços de ATER;

V – assistir e apoiar iniciativas econômicas, sociais e ambientais que promovam as vocações territoriais, regionais e locais;

VI – ampliar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários;

VII – aumentar a renda dos beneficiários pela agregação de valor aos produtos e pela integração nos mercados local, estadual, nacional e internacional;

VIII – melhorar a qualidade de vida de seus beneficiários;

IX – assessorar os beneficiários na gestão de negócios, na sua organização, na produção, na integração nos mercados e no abastecimento, conforme as peculiaridades das atividades, cadeias e dos sistemas de produção;

X – desenvolver ações de uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;

XI – contribuir com a implementação de sistemas de produção sustentáveis;

XII – assessorar o associativismo, o cooperativismo e outras formas de organização e representação;

XIII – formar profissionais e agentes de ATER;

XIV – promover a valorização dos profissionais e agentes de ATER;

XV – assessorar as representações dos agricultores familiares e a promoção de parcerias;

XVI – promover o desenvolvimento e a implementação de inovações tecnológicas e organizativas;

XVII – promover a integração da ATER às redes de ensino e pesquisa, proporcionando o acompanhamento, a análise, a proposição de demandas de pesquisas e ensino e o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

XVIII – contribuir com a expansão do aprendizado e da qualificação profissional à realidade do meio rural paranaense;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- XIX – difundir políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento rural sustentável;
- XX – viabilizar o acesso dos beneficiários da PEATER-PR às políticas públicas;
- XXI – valorizar a cultura, os saberes, a produção e do modo de vida do meio rural paranaense;
- XXII – contribuir com a articulação das ações de ATER entre os governos Federal, Estadual e Municipal e outras entidades e organizações;
- XXIII – incentivar a estruturação de serviços municipais de ATER e a constituição de fundos municipais de ATER;
- XXIV – elaborar estudos e contribuir na construção do conhecimento das realidades e oportunidades municipais, regionais, territoriais e estadual;
- XXV – apoiar a realização do zoneamento da produção de alimentos no Paraná.

Art. 5º Constitui o público prioritário da PEATER-PR:

I – agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, agroextrativistas, pescadores e aquicultores, quilombolas, indígenas, habitantes de faxinais e de vilas rurais, outras populações e comunidades tradicionais, estabelecidos em UFPs como proprietários, assentados, posseiros, comodatários, meeiros, arrendatários e outras formas de posse da terra;

II – as entidades organizativas e representativas do público prioritário da PEATER-PR;

III – os empreendimentos familiares rurais.

§ 1º O público prioritário da PEATER-PR pode ser integrado por trabalhadores rurais formais e informais, acampados, agricultores periurbanos e urbanos e outros produtores rurais de qualquer categoria, mediante indicação dos Conselhos Municipais, Territoriais e Estadual de Desenvolvimento Rural.

§ 2º O beneficiário da PEATER-PR deverá atender aos requisitos ou às condições que o qualifiquem a integrar o público prioritário, conforme disposto em leis e regulamentos específicos.

Capítulo II

Do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

Art. 6º Fica instituído o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR) como principal instrumento de implementação da PEATER-PR.



§ 1º O PROATER-PR contemplará o diagnóstico do meio rural paranaense; as prioridades, diretrizes, atividades técnicas e as necessidades orçamentárias e financeiras para os serviços de ATER.

§ 2º O PROATER-PR será composto por subprogramas e projetos que contemplem a diversidade das demandas do rural paranaense, reunidos por assuntos temáticos ou definidos por áreas geográficas.

§ 3º As diretrizes do PROATER-PR serão definidas e validadas periodicamente em conferências municipais, regionais, territoriais, temáticas e estadual.

§ 4º O PROATER-PR será baseado nos Planos de Desenvolvimento dos Municípios, regiões e territórios e seus respectivos Planos de ATER.

Art. 7º A gestão técnica e executiva do PROATER-PR compete ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, autarquia criada pela Lei nº 14.832, de 22 de Setembro de 2005.

Art. 8º A gestão social do PROATER-PR compete ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (CEDRAF), sendo realizada pela permanente com a participação dos Conselhos Municipais, Regionais, Territoriais e Temáticos de Desenvolvimento Rural ou similares.

Art. 9º O PROATER-PR tem por objetivos a organização e a execução dos serviços de ATER ao público prioritário de que trata o artigo 5º desta lei e a execução de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável nas suas diversas instâncias.

Capítulo III **Da Participação dos Municípios no PROATER – PR**

Art. 10 A adesão do Município ao PROATER-PR realiza-se pela assinatura do Termo de Adesão ao PROATER-PR, do Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Emater e pelo atendimento das seguintes condições:

I – existência de Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão similar, cujo quadro funcional seja integrado por profissionais concursados para ATER, compondo equipe multidisciplinar;

II – dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura ou órgão similar ou a comprovação de fundo municipal para o financiamento das atividades de ATER conformes ao PROATER-PR e ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;

III – existência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar formalmente constituído e operacional;



IV – existência de Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável ou similar e Programa de ATER;

V – a participação oficial e ativa nos processos de desenvolvimento local, regional e territorial.

Art. 11 Os Municípios que atenderem aos requisitos estabelecidos no art. 10 desta lei poderão:

I – ser contemplados pelo PROATER-PR com serviços de ATER executados pelo Instituto Emater ou por outras entidades credenciadas;

II – acessar os recursos para custeio ou de investimento mediante convênios para a execução do PROATER-PR;

III – avaliar o credenciamento de entidades executoras de ATER, nos termos do Capítulo IV desta lei, por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar;

IV – propor medidas corretivas e de saneamento, inclusive o descredenciamento de entidades executoras de ATER, que descumprirem o contrato na forma do Capítulo V desta lei, por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ou similar;

V - formular sugestões à programação das ações do PROATER-PR;

VI – participar no acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados da execução do PROATER-PR, conforme Capítulo VIII;

VII – ser beneficiário de outras ações, atividades ou recursos decorrentes dessa lei.

Capítulo IV **Dos Executores e do Credenciamento no PROATER – PR**

Art. 12 São executores do PROATER-PR as entidades públicas e privadas credenciadas junto ao CEDRAF.

Art. 13 A entidade interessada em executar o PROATER-PR deverá requerer seu credenciamento ao CEDRAF, anexando a recomendação do Conselho Municipal e Territorial da área na qual prestará serviços.

§ 1º O credenciamento da entidade executora do PROATER-PR poderá ser Pleno, Específico ou Provisório.



§ 2º O Instituto Emater, órgão do Estado responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural e Gestor Técnico e Executivo do PROATER-PR, tem credenciamento Pleno.

Art. 14 São requisitos ao credenciamento Pleno de entidade executora no PROATER-PR:

I – o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;

II - estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos e comprovar que executa ATER por mais de 2 (dois) anos;

III – ter sede ou filial no Estado do Paraná;

IV - ter em seu quadro social ou de funcionários contratados técnicos nas especialidades exigidas para a atividade, registrados nas entidades de fiscalização do exercício profissional, quando exigido por lei;

V - atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias;

Parágrafo único. O regulamento desta lei poderá estabelecer outros requisitos para o credenciamento Pleno de entidade executora do PROATER-PR.

Art. 15 São requisitos ao credenciamento Específico como entidade executora do PROATER-PR:

I – o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços especializados e correlatos à ATER previstos no PROATER-PR;

II – estar legalmente constituída há mais de 5 (cinco) anos e comprovar que executa os serviços para o qual requer credenciamento por mais de 2 (dois) anos;

III - ter sede ou filial no Estado do Paraná;

IV – ter em seu quadro social ou no quadro de funcionários contratados técnicos habilitados ao exercício das atividades, registrados nas entidades de fiscalização do exercício profissional, quando exigido;

V - atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias.

Parágrafo único. O regulamento desta lei poderá estabelecer outros requisitos para o credenciamento Específico de entidade executora do PROATER-PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 16 São requisitos ao credenciamento Provisório como entidade executora do PROATER-PR:

- I – o objeto social da entidade prever a prestação ou execução de serviços de ATER ou serviços especializados e correlatos à ATER previstos no PROATER-PR;
- II – estar legalmente constituída e comprovar que está apta ou que já executa ATER ou os serviços especializados e correlatos a ATER;
- III – ter sede ou filial no Estado do Paraná;
- IV – atuar junto aos Conselhos de Desenvolvimento Rural ou similar em suas diversas instâncias.

Parágrafo único. O regulamento desta lei poderá estabelecer outros requisitos para o credenciamento Provisório de entidade executora do PROATER-PR.

Art. 17 A entidade executora ou responsáveis serão descredenciados pelo CEDRAF quando:

- I – deixarem de atender aos requisitos de credenciamento;
- II – descumprirem cláusulas ou condições estabelecidas em contrato.

§ 1º A Entidade Executora descredenciada e seus responsáveis poderão requerer novo credenciamento transcorridos 5 (cinco) anos da publicação do ato de descredenciamento.

§ 2º O descredenciamento se efetivará em resultado de processo próprio pautado pela Lei Federal nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999.

Art. 18 Do indeferimento do requerimento de credenciamento e do descredenciamento de entidade executora no PROATER-PR caberá recurso ao CEDRAF, interposto no prazo de 15 (quinze) dias da intimação, para revisão da decisão, que mantida, remeterá o recurso à deliberação do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Parágrafo único. Aos conselhos municipais e ou territoriais é facultada a indicação, junto ao CEDRAF, de descredenciamento e indeferimento de entidade que não cumprir as exigências desta lei e contratos.

Capítulo V Dos Recursos, Orçamentos e Fundo para a Execução do PROATER-PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 19 Os recursos para a execução do PROATER-PR serão provenientes dos orçamentos federal, estadual e municipal e do orçamento de instituições públicas e privadas nacionais ou internacionais.

Art. 20 A proposta orçamentária do PROATER-PR será elaborada pelo Instituto Emater e encaminhada à SEAB para compor o Plano Plurianual e os Planos Anuais da Lei Orçamentária Estadual.

Art. 21 Para a realização de ações específicas ou complementares do PROATER-PR poderão ser utilizados recursos do Fundo de Equipamento Agropecuário (FEAP) criado pela Lei nº 823, de 30 de novembro de 1951.

§ 1º Os recursos financeiros de Secretarias e órgãos estaduais destinados à ATER deverão compor o FEAP.

§ 2º Recursos de outras fontes destinados a ATER poderão compor o FEAP ou serem aplicados diretamente na execução do PROATER-PR.

Capítulo VI **Da Contratação de Serviços de ATER**

Art. 22 Os serviços de ATER serão contratados conforme as necessidades do PROATER-PR.

Art. 23 Para a execução do PROATER-PR poderão ser contratadas entidades públicas ou privadas com credenciamento Pleno ou Específico, conforme disposto no Capítulo IV desta lei.

§ 1º As entidades públicas com credenciamento Pleno ou Específico que executarem ações do PROATER-PR poderão, mediante convênio, ter acesso a recursos orçamentários e financeiros para o aprimoramento ou estruturação.

§ 2º As entidades públicas e privadas com credenciamento Pleno e Específico que executarem ações do PROATER-PR em resultado de Chamada Pública poderão ter acesso a recursos orçamentários e financeiros.

§ 3º É proibido entidade com credenciamento Provisório ter acesso direto a recursos do PROATER-PR, podendo ser beneficiária indireta em projetos de capacitação e execução.

§ 4º A contratação de serviços de credenciado Específico e a participação de credenciado Provisório deverão ocorrer em conformidade aos demais serviços de ATER previstos no PROATER-PR.

Art. 24 O Instituto Emater poderá contratar por prazo determinado serviços de ATER ou profissionais de forma direta ou indireta, cumpridas as exigências legais.



Art. 25 A contratação das Entidades Executoras do PROATER-PR será efetivada pelo Instituto Emater.

Art. 26 A contratação de serviços de ATER será realizada mediante Chamada Pública, que especificará, no mínimo:

I - o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;

II - a qualificação e a quantificação do público beneficiário;

III - a área geográfica da prestação dos serviços;

IV - o prazo de execução dos serviços;

V - os valores para contratação dos serviços;

VI - a qualificação técnica exigida e o número de profissionais, dentro das áreas de especialidade em que serão prestados os serviços;

VII - os critérios objetivos de seleção da entidade executora.

Parágrafo único A Chamada Pública deverá ser divulgada por, no mínimo, 30 (trinta) dias na página inicial do órgão contratante mantida na internet, sem prejuízo de outros meios de divulgação, e publicada no Diário Oficial do Estado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Capítulo VII **Da Supervisão, Fiscalização e Avaliação dos Resultados da Execução do PROATER-PR**

Art. 27 O controle social do PROATER-PR será realizado pelos Conselhos Municipais, Territoriais e Estadual de Desenvolvimento Rural e pelo público beneficiário, sob a articulação do Instituto Emater.

Art. 28 A execução do PROATER-PR e respectivos contratos e convênios será acompanhada e fiscalizada pelo Instituto Emater.

Art. 29 As ações do PROATER-PR serão registradas em sistemas informatizados de acompanhamento e controle próprios, sem prejuízo do registro das informações em sistemas informatizados de acompanhamento e controle dos governos municipal, estadual e federal.

§ 1º O Instituto Emater e a SEAB poderão prever a destinação de recursos financeiros do PROATER-PR para a estruturação e operacionalização de sistemas de acompanhamento e controle.



§ 2º A metodologia e os mecanismos de acompanhamento e controle dos resultados dos serviços contratados comporão o regulamento desta lei.

Art. 30 O Instituto Emater encaminhará à SEAB e ao CEDRAF relatório anual consolidado de execução do PROATER-PR e promoverá sua divulgação em sítio na Internet e no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná.

Capítulo VIII **Disposições Finais**

Art. 31 O regulamento desta Lei especificará as normas de construção do PROATER-PR, de realização das conferências, de contratação, de execução, de acompanhamento, de fiscalização e das demais ações para a execução da presente Lei.

Art. 32 O Estado do Paraná manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural por meio do Instituto Emater.

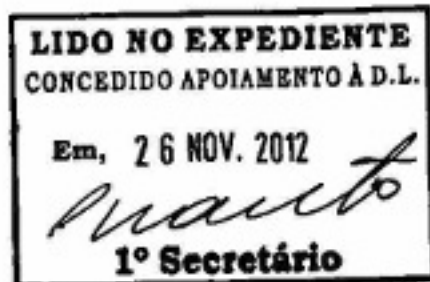
Art. 33 O art. 27 da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 27 O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento compreende: a assistência técnica, a extensão rural e a prestação de serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária paranaense; a realização de estudos, pesquisas e avaliações de natureza econômica visando à previsão da produção agropecuária; a adoção de medidas voltadas a garantir o abastecimento de alimentos e o provimento de insumos básicos para a agricultura estadual; a aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal; a concepção e controle da política estadual de colonização; a articulação das medidas visando obter a melhoria da vida no meio rural; a proteção da fertilidade dos solos; o desenvolvimento e fortalecimento do cooperativismo; a administração dos parques florestais do Estado; a classificação de produtos de origem vegetal e animal; outras atividades correlatas."

Art. 34 Esta Lei entrará em vigor aos 30 (trinta) dias de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de novembro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



MENSAGEM
Nº 078 /2012

Curitiba, 22 de novembro de 2012

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 23/11/2012

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação dessa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR), conforme específica.

A agricultura familiar responde por mais de oitenta por cento da produção de alimentos no Paraná. No entanto, existem barreiras sociais, ambientais e econômicas a serem enfrentadas para a ampliação desse importante segmento.

Historicamente, o Estado do Paraná estruturou um serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER considerado referência para todo o País, sob a responsabilidade, em especial, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, sem olvidar de entidades privadas que prestam esse tipo de serviço.

Com o advento da Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, foi retomado e reforçado um processo articulado nos diversos níveis da federação, envolvendo instituições públicas e privadas para a ampliação e melhoria da aludida Assistência Técnica.

Foram realizadas, no primeiro semestre de 2012, conferências Territoriais, Regionais, Estaduais e Nacional de ATER, que apontaram a necessidade da Edição de Leis e Fundos Estaduais de ATER, como complemento e em consonância com o texto legal federal.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL




AJB/Prot. 11.661.648-3

O serviço de ATER é dever do Estado, nos moldes previstos nos Arts. 158 e 159 da Constituição Estadual, e, para tanto, a instituição pública estadual (EMATER) necessita formar parcerias para a ampliação dos serviços e inclusão produtiva, atendendo, também, as questões da diversidade de públicos e as diferentes realidades existentes no estado.

Destaca-se que, na elaboração da presente proposição, foram realizadas 22 audiências de consulta, abrangendo todas as regiões do estado, com a participação de 912 pessoas representantes dos diversos atores e beneficiários da referida política. A proposta também foi referendada em reunião do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CEDRAF no dia 10 de outubro do corrente ano.

A Lei resultante do Anteprojeto de Lei ora encaminhado a essa Casa de Leis, caso aprovado, será uma importante ferramenta para organizar e potencializar os serviços de ATER e contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento rural sustentável.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 587/2012

Projeto de Lei nº. 587/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 078/2012.

Súmula: Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

EMENTA: INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E O PROGRAMA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO. ARTS. 65, 66 E 87 CE. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo instituir a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – PEATER – PR e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais, ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao
Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral
de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são
de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis
que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias
de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da
administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.


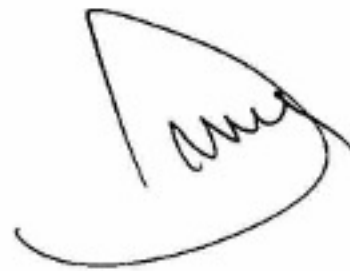

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator




APROVADO
unanimemente 23.11.12

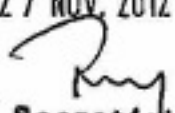


REQUERIMENTO

A P R O V A D O

À Diretoria Legislativa.


Em, 27 NOV. 2012


1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 587/12 de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 587/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 078/12.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2012.


Deputado **Ademir Tratano**
Líder do Governo

Anoto-se, junta-se a Proposição de referência

de 28/11/12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 587/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 078/12 que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR), conforme especifica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Júnior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observamos que nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87, ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista o esclarecimento do autor de que os recursos, orçamentos e fundo para a execução estão tratados no Capítulo V, arts. 19 a 21 do Projeto de Lei em questão.

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 04/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 587/12



Projeto de Lei nº 587/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº

078/2012

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem por objetivo INSTITUIR A Política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – PEATER – PR e o Programa estadual de Assistência técnica e Extensão Rural (PROATER-PR).

FUNDAMENTAÇÃO

Com a presente proposta de autoria do poder Executivo – Mensagem 078/12 que institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR), conforme especifica.

O presente projeto, será um importante ferramenta para organizar e potencializar os serviços de ATER e contribuirá de forma decisiva para o desenvolvimento rural sustentável.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



CONCLUSÃO

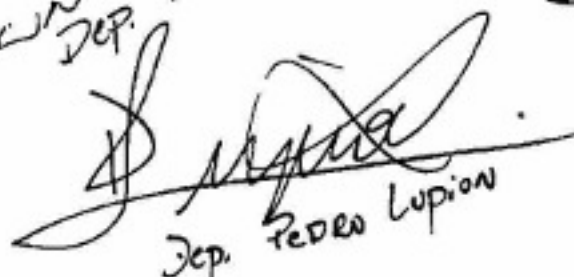
Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude da importância da
matéria em questão, para todos cidadãos do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro 2012.


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


Dep. Teuvo


Dep. Pedro Lupion


Dep. Zacc



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI Nº 603/12

Súmula: Institui o BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ, de caráter exclusivamente assistencial, ao servidor público civil aposentado por invalidez e ao policial militar reformado por invalidez, que necessitem de internação especializada ou assistência de serviços de enfermagem, mesmo que na própria residência.

§ 1º O benefício, de caráter provisório e precário, será fixado em valor único e absoluto, em moeda corrente do País.

§ 2º O benefício de que trata esta lei:

I – não é de caráter remuneratório;

II – não será incorporado aos proventos de aposentadoria, reforma ou pensão;

III – não será computado ou acumulado para fins de acréscimos pecuniários ulteriores ou como base de cálculo de remuneração, gratificação ou vantagem pecuniária de qualquer natureza ou fundamento; e

IV – não será computado para a incidência do limitador constitucional.

Art. 2º A concessão ou a continuidade do recebimento do benefício será condicionada a exame médico pericial e periódico pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Parágrafo único. O exame médico pericial para a concessão ou manutenção do benefício por invalidez poderá ser realizado mediante delegação a profissionais da área médica de outros órgãos do Estado do Paraná ou contratação de terceiros, com homologação pela perícia médica da PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 3º O pagamento do benefício cessará quando o beneficiário:

I – não mais necessitar de internação especializada ou assistência de serviços de



enfermagem, declarada pela perícia médica da PARANAPREVIDÊNCIA ou por perícia delegada ou contratada por aquele serviço social autônomo;

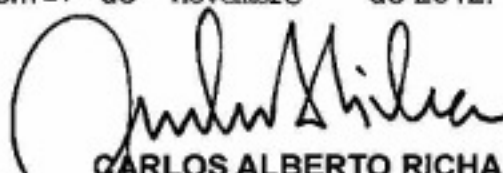
II – exercer qualquer atividade remunerada.

Art. 4º O pagamento do benefício será feito pela PARANAPREVIDÊNCIA e receberá tratamento contábil e financeiro igual ao dispensado aos recursos do Fundo Financeiro de que trata a Lei Estadual nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 5º Atos do Chefe do Poder Executivo fixarão o valor inicial, regulamentarão as demais condições necessárias ao cumprimento desta Lei e reajustarão o valor do benefício por índice definido pelo Governo por iniciativa da PARANAPREVIDÊNCIA.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a primeiro de maio de 2012.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



REQUERIMENTO



Solicita "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação da Mensagem Governamental nº 083/2012.

Com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "**Regime de Urgência**" para a tramitação e votação da Mensagem Governamental nº 083/2012.

Curitiba, 27 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 03 DEZ. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 083 /2012

Curitiba, 27 de novembro de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
de Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.
II – À DL para providências.
Em, _____
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que objetiva instituir, na forma que especifica, o **BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ**, de caráter exclusivamente assistencial, ao servidor público civil aposentado por invalidez e ao policial militar reformado por invalidez, que necessitem de internação especializada ou assistência de serviços de enfermagem, mesmo que na própria residência.

A presente proposta tem como escopo adequar o pagamento do auxílio-invalidez frente à nova legislação que instituiu, no âmbito da Administração Pública, o subsídio como forma remuneratória.

O subsídio, como é consabido, é fixado em parcela única, pelo que sobre ele é vedado qualquer acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou quaisquer outras espécies remuneratórias ou vantagens.

Assim, e em razão de sua natureza assistencial, o auxílio-invalidez não deve ser computado ou acumulado para a concessão de acréscimos pecuniários, nem ter como base de cálculo a remuneração, vantagem ou gratificação de qualquer natureza.

Pelo Anteprojeto de Lei ora proposto, caso seja aprovado por essa Casa de Leis, o auxílio-invalidez será pago em valor fixo ao policial militar ou ao servidor público, ex-titular de cargo efetivo, que necessitar de internação especializada ou assistência permanente de enfermagem, mesmo que na residência.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.571.151-2

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

14145 03/12/2012 08:28:28



Esta proposta estabelece conceito apropriado à real natureza que deve ter o auxílio invalidez, de modo a desvinculá-lo de qualquer base de cálculo estranha ao seu caráter exclusivamente assistencial.

O pagamento será mensal, pessoal e intransferível.

A concessão do auxílio-invalidez não estará sujeita a contribuição previdenciária.

O valor do auxílio-invalidez será equitativo para o policial militar e para o servidor público, ex-titular de cargo efetivo, independentemente do posto, graduação ou cargo.

Pela presente proposta serão, também, estabelecidas medidas fiscalizatórias para a sua concessão e manutenção e define o tratamento contábil e financeiro a ele dispensável.

Ademais, em se tratando de auxílio-invalidez, não é necessária a edição de lei específica para a Polícia Militar.

Por último, do ponto de vista orçamentário, o Anteprojeto de Lei está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que os recursos para arcar com o pagamento do auxílio-invalidez já estão previstos em funcional programática específica da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, pois não cria nova despesa.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 603/2012

Projeto de Lei nº 603/2012
Mensagem nº 083/2012
Autor: Poder Executivo

Súmula: Institui o Benefício Assistencial por Invalidez aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

EMENTA: BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ AOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E AOS MILITARES APOSENTADOS POR INAVLIDEZ. POSSIBILIDADE. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 65 E 66. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade instituir o Benefício Assistencial por Invalidez aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Com relação ao assunto do referido projeto de lei, "previdência social, proteção e defesa da saúde", a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Exatamente no mesmo sentido e idêntico teor a Constituição do Estado do Paraná prevê em seu art. 13, XII:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ademais, deve-se ressaltar que é **competência privativa do Governador do Estado** à elaboração de leis que disponham sobre os servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, vide art. 66 da Constituição Estadual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grifos nossos)

Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente.

No que tange a Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei não apresenta nenhuma ilegalidade; uma vez que não cria novas despesas e os recursos para arcar com os pagamentos estão previstos em funcional programática específica da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

Por fim, com relação a elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

Unânime 04.12.12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 603/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 083/12 que tem por escopo instituir o benefício assistencial por invalidez aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observe-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que o autor da proposta, esclarece em sua justificativa que a matéria não implica em qualquer aumento de despesas.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressaltam que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Comissão de Finanças

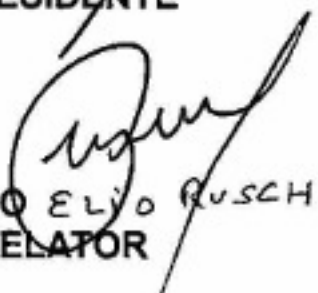





Por fim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELVINO RUSCH
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA – CDHC

PROJETO DE LEI 603/2012

AUTOR: PODER EXECUTIVO

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUBLIESI

Súmula: Institui o Benefício Assistencial por Invalidez aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez.

Ementa: BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ. SERVIDORES PÚBLICOS. FORTALECIMENTO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR. ADEQUAÇÃO. APROVAÇÃO.

Fundamentação:

A Mensagem Governamental nº. 83/2012 que institui o BENEFÍCIO ASSISTENCIAL POR INVALIDEZ aos servidores públicos civis e aos militares que tenham sido aposentados por invalidez tem total respaldo nas normativas vigentes de promoção dos direitos e garantias individuais.

Em relação à competência desta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa define que:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifesta-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou

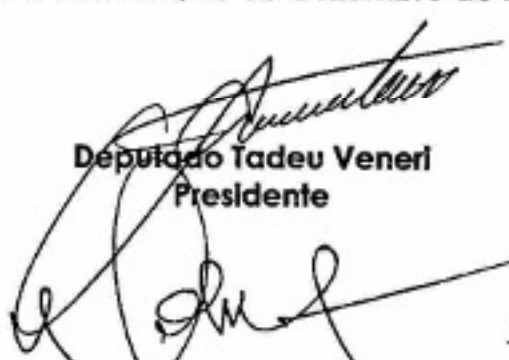


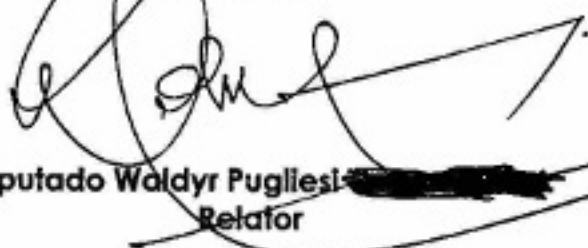
regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

A Mensagem Executiva traz inegável inovação à promoção dos direitos humanos no Estado do Paraná, na medida em que contribuirá para o fortalecimento da defesa e seguridade social dos servidores públicos estaduais que, de fato, é de responsabilidade do Estado do Paraná.

Desta forma, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei n. 603/2012 pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator







PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI N. 605/12

Súmula: Implementa o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica autorizada a concessão de crédito outorgado de ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 85, de 30 de setembro de 2011, a estabelecimento enquadrado em programa de investimento que realizar obra de infraestrutura no território paranaense.

§ 1º A concessão do crédito outorgado não poderá exceder, em cada ano, o limite de cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

§ 2º O benefício previsto no "caput":

- I - fica limitado ao valor do investimento realizado;
- II - dependerá de prévio termo de compromisso firmado entre o interessado e o Estado do Paraná, definindo o investimento e as condições de sua realização;
- III - terá fruição mensal e o valor não poderá ser superior ao débito de ICMS incremental gerado pelo contribuinte no respectivo período de apuração.

Art. 2º As obras de infraestrutura de que trata o art. 1º devem ser necessárias para a implementação ou viabilização do empreendimento enquadrado em programa de investimento.

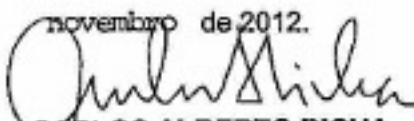
Art. 3º O Poder Executivo fixará o valor máximo de crédito que será outorgado por obra de infraestrutura integrante do programa de investimento, com base em estimativa de valor da obra estabelecida pela Secretaria de Estado competente, a quem caberá aprovar os projetos e fiscalizar sua execução.

Parágrafo único. O planejamento e a execução do programa de investimento deverão respeitar os princípios da transparência e da eficiência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará os procedimentos necessários à efetivação desta Lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente
e submissão ao Plenário do Requerimento
de Regime de Urgência apresentado pelo
Governador.

II - À DL para providências.

Em, _____

Presidente

Regime de Urgência



MENSAGEM
Nº 084 /2012

Curitiba, em 27 de novembro de 2012



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

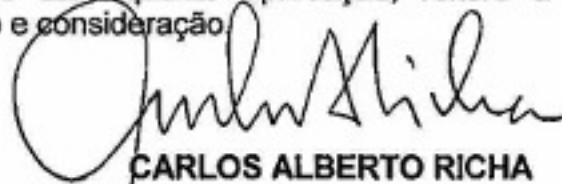
O referido convênio foi aprovado no âmbito do CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, nos termos do art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

A implementação do já citado convênio, por meio de lei, visa fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor, competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Os efeitos esperados com a aprovação do Anteprojeto de Lei ora encaminhado a essa Casa de Leis são os seguintes: construção de obras de infraestrutura no território paranaense, necessárias à implementação e à viabilização do investimento, as quais o ente público, por si só, não teria condições de implementar em curto ou médio espaço de tempo; incentivo à expansão industrial do Estado do Paraná e benefício direto da coletividade.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

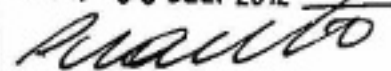
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.722.182-2

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 03 DEZ. 2012


1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 605/2012

Projeto de Lei nº 605/2012
Mensagem nº 084/2012
Autor: Poder Executivo

Súmula: Implementa o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

EMENTA: TRIBUTOS. CONVÊNIO ICMS Nº 85/2011. CONCESSÃO DE CRÉDITO OUTORGADO DE ICMS DESTINADO A ESTABELECIMENTOS QUE INVISTAM EM INFRAESTRUTURA NO TERRITÓRIO PARANAENSE. POSSIBILIDADE. CONVÊNIO COM O CONFAZ. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 24/75 ART. 1º. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24, 61, 150, 155. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13, 53, 65. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade implementar o Convênio ICMS nº 085/2011, que autoriza

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

REGIME DE URGÊNCIA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a cinco por cento da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, quanto ao tema em análise cumpre ressaltar que é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná (SEFA), vide Decreto nº 2.838 de 15 de janeiro de 1997 que aprova o regulamento desta secretaria e assim preceitua:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de Junho de 1987, órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza instrumental, para o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

Parágrafo único - Para atingir as finalidades constantes do artigo, a Secretaria de Estado da Fazenda deverá alcançar os seguintes objetivos:

(...)

III - o aperfeiçoamento da legislação tributária estadual;

IV - a formulação da política tributária, como instrumento de ação do Governo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 8º - Ao Secretário de Estado da Fazenda compete:

(...)

XIV - expedir instruções referentes à matéria tributária;
(grifos nossos)

Desse modo, nota-se que a respectiva Secretaria possui prerrogativas para realizar o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o controle, a execução e a orientação normativa dos sistemas estaduais orçamentário, financeiros e de tributação; bem como, expedir instruções referentes à matéria tributária.

Ocorre que, por se tratar de competência da SEFA-PR, conseqüentemente, deve-se ressaltar a **competência privativa do Governador do Estado;** uma vez que a Constituição Estadual assim preceitua:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)

No entanto, ainda é importante ressaltar os seguintes dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 4.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (grifo nosso)

Além do mais, corroborando com a Constituição Federal, a Lei Complementar Federal n.º 24 de 07 de janeiro de 1975 afirma categoricamente em seu artigo 1º, IV:

Art. 1º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

(...)

IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; (grifo nosso)

Portanto, a Constituição Federal em seu artigo 155, § 2º, XII, g, afirma que cabe a lei complementar a regulamentação de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, **mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo está perfeitamente de acordo com o ordenamento jurídico vigente; uma vez que é de competência do Poder Executivo e diante da existência do **Convênio CONFAZ nº 85/2011**.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS





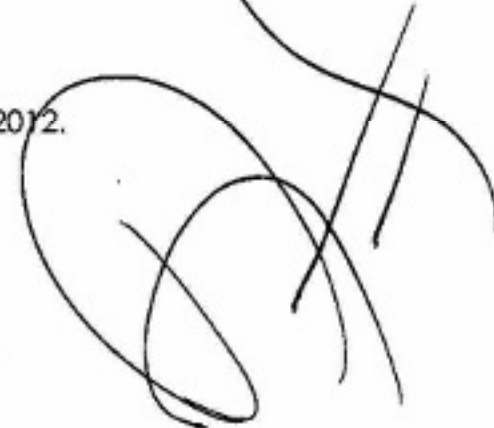
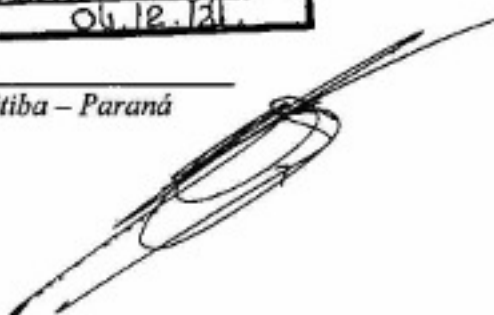
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR

APROVADO

Unanime
04.12.12







Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 084/12 que objetiva implementar o Convênio ICMS nº 85/2011, que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Conforme ressalta o proponente da matéria, o Convênio foi devidamente aprovado no Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, de acordo com o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 75/1975.

Visa o autor com a presente propositura fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que empresas enquadradas em programa de investimento realizem obras de infraestrutura que, a rigor competiriam ao ente público fazê-la, mediante uma compensação de natureza tributária consistente na outorga de créditos de ICMS.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa do presente Plano de Lei.

A Constituição Federal, em seu art. 24 determina a competência concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, quando tratar-se de matéria de direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 66, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

No que tange a Lei Complementar Federal nº 101/00, devemos observar que a matéria não apresenta qualquer impedimento.

Por fim, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 05/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDIR AUGUSTI
RELATOR

Fuocini



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 605/2012

Súmula: Implementa o convênio ICMS que autoriza a concessão de crédito outorgado de ICMS destinado a estabelecimentos que invistam em infraestrutura no território paranaense, não podendo exceder, em cada ano, a 5% da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior.

Autor: Poder Executivo.

Relator: Deputado Toninho Wandscheer.

JUSTIFICATIVA: A presente propositura pretende fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado, permitindo que as empresas enquadradas no programa realizem obras de infraestrutura, mediante uma compensação de natureza tributária.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

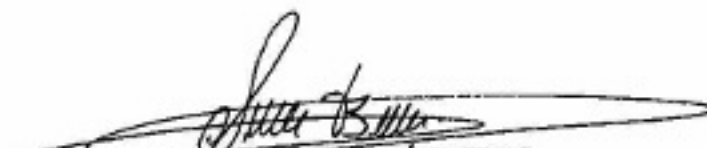
É o Parecer.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO TONINHO WANDSGHEER
RELATOR

